

LINGUAGEM, MEMÓRIA E IDENTIDADE NA AMAZÔNIA: NARRATIVAS LOCAIS COMO PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E PERTENCIMENTO

LANGUAGE, MEMORY AND IDENTITY IN THE AMAZON: LOCAL NARRATIVES AS PRACTICES OF EDUCATION AND BELONGING

Rafael Turatti Siqueira; Glendda Paiva Moreira; Patricia Sautiro Fernandes

Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (SEDUC-RO), Porto Velho, Rondônia, Brasil.

Recebido em: 19/08/2026 | Aprovado em: 23/08/2026 | Publicado em: 24/08/2026

Resumo: Este artigo discute as relações entre linguagem, memória e identidade na Amazônia, considerando as narrativas locais como práticas de formação, transmissão de conhecimentos e produção de pertencimento. O estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e natureza teórico-reflexiva. Parte-se da compreensão de que relatos orais, histórias de vida, mitos, crônicas, cantos e memórias comunitárias não constituem apenas manifestações culturais, mas modos de interpretar acontecimentos, organizar experiências e estabelecer vínculos com o território. Analisa-se o papel da escola na valorização dessas narrativas, bem como os riscos de folclorização, apropriação e exposição indevida de conhecimentos comunitários. Defende-se que projetos de leitura, escrita e memória sejam construídos com participação, consentimento e reconhecimento de autoria. Conclui-se que a presença crítica das narrativas amazônicas no currículo pode fortalecer a formação leitora, a produção autoral, o reconhecimento da diversidade linguística e o pertencimento dos estudantes.

Palavras-chave: linguagem; memória; identidade; narrativas amazônicas; pertencimento.

Abstract: This article discusses the relationships among language, memory, and identity in the Amazon, considering local narratives as practices of education, knowledge transmission, and belonging. The study consists of qualitative bibliographic research of a theoretical and reflective nature. It assumes that oral accounts, life stories, myths, chronicles, songs, and community memories are not merely cultural manifestations but ways of interpreting events, organizing experiences, and establishing connections with territory. The article examines the role of schools in valuing these narratives, as well as the risks of folklorization, appropriation, and improper exposure of community knowledge. It argues that reading, writing, and memory projects should be developed with participation, consent, and recognition of authorship. It concludes that the

critical inclusion of Amazonian narratives in the curriculum can strengthen reading education, authorial production, recognition of linguistic diversity, and students' sense of belonging.

Keywords: language; memory; identity; Amazonian narratives; belonging.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia é narrada por muitas vozes. Algumas alcançam livros, pesquisas e meios de comunicação; outras circulam nas conversas familiares, nas margens dos rios, nas escolas, nos bairros, nas aldeias e nas comunidades. Essas narrativas guardam lembranças, explicam transformações, registram deslocamentos e ajudam os sujeitos a compreender o lugar que ocupam no mundo.

Durante muito tempo, diferentes formas de oralidade foram tratadas como manifestações inferiores à escrita. Essa hierarquia desconsiderou que a memória oral possui critérios próprios de organização, transmissão e atualização. Uma narrativa contada por diferentes gerações não permanece necessariamente idêntica, pois dialoga com as necessidades do presente e com os sentidos atribuídos por cada comunidade.

A escola pode contribuir para reconhecer essa produção ou aprofundar seu apagamento. Quando o currículo apresenta a Amazônia somente como paisagem natural, deixa à margem as experiências humanas que dão sentido ao território. Quando acolhe narrativas locais de maneira crítica, oferece aos estudantes a possibilidade de perceber que suas famílias e comunidades também participam da produção de conhecimentos.

O objetivo deste artigo é discutir como narrativas locais podem contribuir para a formação, a memória e o pertencimento na educação amazônica. Também são examinados os cuidados necessários para que práticas escolares de registro não transformem histórias comunitárias em materiais descontextualizados ou publicados sem autorização.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O artigo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e natureza teórico-reflexiva. A análise aproxima estudos sobre memória coletiva, identidade cultural, linguagem, oralidade, literatura indígena e educação intercultural.

O percurso interpretativo foi organizado em quatro eixos: narrativa como forma de organização da experiência; memória como construção coletiva e dinâmica; linguagem e identidade nos territórios amazônicos; e possibilidades e responsabilidades da escola no registro das narrativas locais.

A pesquisa não pretende reunir uma narrativa representativa de toda a Amazônia. A região apresenta diferentes povos, línguas, histórias, formas de expressão e relações com o território. Por isso, o texto utiliza o termo “narrativas amazônicas” no plural e evita atribuir características universais a grupos distintos.

Como o estudo é exclusivamente bibliográfico e não utiliza entrevistas, imagens, gravações ou dados pessoais, não houve participação direta de seres humanos. Consequentemente, não se identificou necessidade de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa.

Essa condição será modificada caso futuras versões incluam narrativas coletadas diretamente com participantes. Nessa hipótese, deverão ser observados consentimento, privacidade, reconhecimento da autoria, possibilidade de retirada e decisão comunitária sobre o que poderá ser divulgado.

3 NARRATIVA, EXPERIÊNCIA E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Narrar é organizar experiências por meio da linguagem. Ao selecionar acontecimentos, estabelecer relações e definir formas de contar, o narrador não reproduz simplesmente o passado: ele constrói uma interpretação. Por isso, toda narrativa apresenta um ponto de vista, um contexto de circulação e uma relação com seus interlocutores.

As narrativas locais podem assumir diferentes formas: relatos orais, histórias de vida, memórias familiares, mitos e narrativas tradicionais, cantos e poemas, crônicas, cartas e diários, testemunhos, registros audiovisuais e produções literárias comunitárias.

Essas manifestações não devem ser colocadas em uma única categoria indiferenciada. Um relato familiar, uma narrativa sagrada e uma crônica escolar possuem funções, autorias e regras de circulação distintas. Determinadas histórias podem ser compartilhadas amplamente; outras pertencem a contextos específicos ou possuem restrições estabelecidas pela comunidade.

A narrativa também desempenha função formativa. Por meio dela, as pessoas aprendem sobre acontecimentos, valores, relações sociais e transformações do território. Histórias de enchentes, migrações, conflitos, festas, trabalho e formação de bairros permitem compreender experiências que nem sempre aparecem nos documentos oficiais.

Na escola, o contato com essas narrativas pode ampliar a formação leitora e a produção escrita. Os estudantes deixam de trabalhar apenas com textos distantes de suas experiências e passam a reconhecer que o cotidiano também pode ser investigado, interpretado e transformado

em produção autoral. Isso não significa abandonar obras nacionais ou universais, mas construir caminhos de leitura que partam do território e alcancem outros mundos.

4 MEMÓRIA COLETIVA E TERRITÓRIO

A memória não funciona como um depósito em que os acontecimentos permanecem intactos. Ela é selecionada, reconstruída e compartilhada conforme as relações sociais e as perguntas do presente. Halbwachs (2006) demonstra que as lembranças individuais se formam em quadros coletivos, como a família, a comunidade, a escola e outros grupos de pertencimento.

Nos territórios amazônicos, a memória pode estar ligada aos rios, caminhos, bairros, aldeias, festas, locais de trabalho e espaços considerados sagrados. A lembrança de uma cheia, por exemplo, não registra apenas um fenômeno ambiental. Ela pode reunir perdas, deslocamentos, formas de solidariedade, conhecimentos sobre as águas e mudanças na organização comunitária.

Os nomes atribuídos aos lugares também guardam memória. Igarapés, estradas, comunidades e bairros podem receber denominações relacionadas a pessoas, acontecimentos, espécies ou características da paisagem. Investigar esses nomes permite perceber que o território não é uma superfície vazia: ele acumula experiências e disputas de significado.

Entretanto, nenhuma comunidade possui uma memória única. Diferentes gerações e grupos podem interpretar o mesmo acontecimento de maneiras distintas. A escola deve evitar procurar uma versão definitiva da história local. Seu papel é ajudar os estudantes a comparar relatos, observar divergências, analisar silêncios e compreender por que certas lembranças recebem maior visibilidade.

Essa abordagem impede a idealização do passado. A memória pode preservar vínculos, mas também revelar conflitos, desigualdades e apagamentos. Trabalhá-la criticamente significa reconhecer tanto as experiências de pertencimento quanto as tensões que atravessam a formação dos territórios.

5 LINGUAGEM, IDENTIDADE E DIVERSIDADE AMAZÔNICA

A identidade não constitui uma essência fixa recebida no nascimento. Ela é construída nas relações sociais, nas formas de representação e nas narrativas por meio das quais os sujeitos compreendem a si mesmos e aos grupos dos quais participam. Para Hall (2006), as identidades culturais permanecem em processo de transformação, sendo produzidas historicamente.

A linguagem ocupa lugar central nessa construção. Palavras, sotaques, variedades linguísticas, modos de narrar e formas de nomear o território expressam trajetórias e pertencimentos. Quando uma variedade regional é ridicularizada ou corrigida como se fosse sinal de incapacidade, não se atinge apenas a fala: também se desvaloriza a experiência social de seus falantes.

Reconhecer a diversidade linguística não significa abandonar o ensino da norma-padrão. A escola deve ampliar os repertórios dos estudantes e ensinar as convenções necessárias à participação em diferentes situações sociais. Esse trabalho, contudo, precisa ser realizado sem transformar diferenças linguísticas em defeitos pessoais.

Bagno (2015) ajuda a compreender que o preconceito linguístico se relaciona às desigualdades sociais e à valorização seletiva de determinadas formas de falar. Na Amazônia, essa discussão envolve variedades do português, línguas indígenas, expressões locais e práticas de oralidade que convivem de maneiras distintas nos espaços escolares.

Também é necessário evitar a ideia de uma única identidade amazônica. Os sujeitos podem construir pertencimentos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, urbanos, rurais, migrantes e fronteiriços, entre muitos outros. Essas identificações podem coexistir e se transformar. A expressão “identidade amazônica” somente se torna adequada quando reconhece essa pluralidade, em vez de aprisionar os sujeitos em uma imagem uniforme.

6 A ESCOLA ENTRE O RECONHECIMENTO E A FOLCLORIZAÇÃO

A escola pode criar espaços para que os estudantes reconheçam as histórias de seus territórios, mas também pode reduzir essas experiências a representações superficiais. A folclorização ocorre quando culturas e comunidades aparecem somente em festas, exposições ou datas comemorativas, sem que seus conhecimentos, conflitos e produções intelectuais participem continuamente do currículo.

Um projeto sobre narrativas amazônicas perde força quando utiliza personagens, palavras ou imagens apenas como decoração. A valorização exige estudo, contextualização e diálogo com as pessoas relacionadas à produção cultural. Não basta apresentar uma narrativa indígena sem identificar o povo ao qual pertence, sua autoria, sua tradução e as condições em que foi publicada.

Thiél (2012) destaca que a literatura indígena demanda formas de leitura capazes de reconhecer sua diversidade cultural, textual e identitária. Esse cuidado ajuda a impedir que

produções de diferentes povos sejam reunidas sob uma categoria genérica e interpretadas exclusivamente a partir de referências externas.

A escola também precisa examinar quem possui autorização para contar e publicar determinadas histórias. Narrativas familiares, comunitárias ou tradicionais não se tornam automaticamente de domínio público quando chegam à sala de aula. Gravações, fotografias e transcrições exigem consentimento e definição clara da finalidade.

O reconhecimento acontece quando as comunidades participam das escolhas, recebem os resultados e podem decidir sobre a circulação dos registros. Assim, a escola deixa de apenas recolher materiais e passa a construir relações de reciprocidade.

7 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE LINGUAGEM E MEMÓRIA

Projetos escolares de linguagem e memória podem aproximar leitura, escrita, pesquisa e território. Essas atividades precisam ser adequadas à idade dos estudantes, às condições da escola e às decisões das pessoas envolvidas.

Rodas de memória podem reunir estudantes, familiares e moradores para compartilhar lembranças relacionadas a acontecimentos, profissões, festas, brincadeiras ou transformações locais. Entrevistas e histórias de vida desenvolvem capacidades linguísticas e investigativas, desde que sejam precedidas pela discussão sobre consentimento, privacidade e respeito.

Mapas afetivos podem identificar lugares relacionados a lembranças e experiências significativas. Podcasts e registros audiovisuais ampliam a circulação das narrativas, mas também os riscos de exposição. A publicação precisa ser autorizada e não deve revelar dados pessoais, imagens ou conhecimentos restritos.

Fotografias, jornais, produções estudantis, atas e relatos podem compor arquivos de memória da escola, com critérios de conservação, acesso e proteção. Contos, crônicas, poemas e memórias produzidos pelos estudantes também podem formar coletâneas, preservando a identificação da autoria ou uma escolha legítima de pseudônimo.

Essas práticas transformam o território em fonte de perguntas, não em limite para a aprendizagem. A partir das narrativas locais, os estudantes podem estabelecer relações com literatura, história, geografia, artes, ciências e tecnologias.

8 ÉTICA, AUTORIA E DIREITO À MEMÓRIA

Trabalhar com narrativas locais exige mais do que cuidado metodológico. É necessário reconhecer que histórias, imagens, vozes e conhecimentos não estão livremente disponíveis

apenas porque podem ser registrados. O direito à memória inclui tanto a possibilidade de narrar quanto a decisão de guardar, restringir ou não publicar.

O consentimento deve ser informado. A pessoa participante precisa compreender a finalidade da atividade, como sua contribuição será registrada, onde o material será apresentado, quem poderá acessá-lo, se seu nome e sua imagem aparecerão e como poderá solicitar correção ou retirada.

No caso de crianças e adolescentes, devem ser observadas as autorizações dos responsáveis e a manifestação de vontade dos próprios estudantes. A autorização familiar não elimina a necessidade de explicar a atividade de maneira acessível ao participante.

A autoria precisa ser reconhecida. Uma narrativa transmitida oralmente não se torna anônima por não estar publicada em livro. Quando a autoria individual não puder ser determinada, deve-se registrar a comunidade, a tradição ou o contexto de origem, conforme as orientações das pessoas envolvidas.

Histórias ligadas à espiritualidade, práticas de cura, locais sagrados e informações territoriais podem possuir regras específicas de circulação. A escola não deve pressionar participantes a divulgar aquilo que preferem preservar. Arquivos publicados na internet podem ser copiados e retirados de contexto, exigindo avaliação prévia dos possíveis desdobramentos.

A ética não deve aparecer somente como formulário ou autorização burocrática. Ela precisa orientar toda a relação entre escola, estudantes e comunidade, garantindo reciprocidade, respeito e responsabilidade pela permanência dos registros.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas locais constituem formas de organizar experiências, transmitir conhecimentos e produzir pertencimento. Na Amazônia, elas permitem compreender transformações ambientais, deslocamentos, relações comunitárias, práticas culturais e diferentes modos de habitar o território.

Sua presença no currículo pode fortalecer a formação leitora e autoral dos estudantes, além de ampliar o reconhecimento da diversidade linguística e cultural. Entretanto, esse trabalho não pode reduzir comunidades a personagens folclóricos nem transformar memórias em materiais disponíveis sem autorização.

A escola precisa reconhecer que narrar envolve escolhas, posições e responsabilidades. Comparar versões, analisar silêncios, identificar autores e compreender contextos são práticas

essenciais para uma educação crítica da memória. Desse modo, os estudantes aprendem não apenas a registrar histórias, mas a refletir sobre quem fala, de onde fala e como determinado relato circula.

Projetos como rodas de memória, entrevistas, mapas afetivos, podcasts, arquivos escolares e coletâneas podem aproximar escola e território. Sua legitimidade depende da participação comunitária, do consentimento, do reconhecimento da autoria e da proteção das informações sensíveis.

Valorizar as narrativas amazônicas não significa fechar a educação em fronteiras regionais. Significa reconhecer que todo diálogo com o mundo começa em algum lugar. Quando a escola acolhe criticamente as histórias de seus territórios, oferece aos estudantes raízes para compreender outras experiências e palavras para participar de conversas mais amplas.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico. 56. ed. rev. e ampl. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

THIÉL, Janice Cristine. Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.